

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ISABEL CRISTINA PEREIRA DE LIMA

**A PROVA BRASIL E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO
ENSINO FUNDAMENTAL: A PERSPECTIVA DE DOCENTES E DA GESTORA DE
UMA ESCOLA DA CIDADE DE DIAMANTE/PB**

JOÃO PESSOA

2020

ISABEL CRISTINA PEREIRA DE LIMA

**A PROVA BRASIL E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO
ENSINO FUNDAMENTAL: A PERSPECTIVA DE DOCENTES E DA GESTORA DE
UMA ESCOLA DA CIDADE DE DIAMANTE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia do Centro de Educação
da Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como exigência para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Elzanir dos Santos

JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732a Lima, Isabel Cristina Pereira de.

A Prova Brasil e o processo de ensino e aprendizagem no ensino fundamental: a perspectiva de docentes e da gestora de uma escola da cidade de Diamante/PB / Isabel Cristina Pereira de Lima. - João Pessoa: UFPB, 2020.

38 f.

Orientadora: Elzanir dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
UFPB/CE

1. Avaliação da aprendizagem. 2. Prova Brasil. 3. Sala de aula.
I. Santos, Elzanir dos. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.091.26(043.2)

ISABEL CRISTINA PEREIRA DE LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade
Federal da Paraíba, como exigência para
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Elzanir dos Santos

Data de aprovação: _____

Banxa Examinadora:



Prof.^a Dra. Elzanir dos Santos (Orientadora)

Prof.^a Dra. (Examinador 1) Idelsuite de Sousa Lima

Prof.^a Dra. (Examinador 2) Rejane Maria de Araújo Lima

A Deus, meu pai todo poderoso, pela graça
de poder concluir essa etapa da minha vida
acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder o dom da vida e a oportunidade de trilhar essa longa jornada acadêmica, pois ele foi a força que me sustentou durante os momentos mais difíceis nesses anos, nos quais não foram poucos os obstáculos percorrido. Passei por problemas que achei que não iria conseguir, mas minha fé naquele que tudo pode, me fez chegar até aqui.

Agradeço à minha família, por sempre estar ao meu lado e nunca desistir de mim. Eu agradeço muito a minha mãe (Ivanilda) que, se não fosse por ela, eu não teria conseguido. Ela me incentivou, me encorajou, me deu bronca na hora certa. Ela me ajudou, também, ficando com minha filha, cuidando com muito amor e carinho. Agradeço, ainda, à Patrícia, tia Damiana, tia Cida e também ao Vilomar (pai) que cuidaram de Valentina na minha ausência, nunca deixando faltar nada.

Não posso esquecer-me de agradecer aos meus 7 irmãos, que apesar dos pesares nunca desistiram de mim. Sei que lutamos muito pra chegar onde estamos chegando, cada um com os seus desafios, mas que no final, tudo está dando certo, graças a nossa fé e também por termos pais que sempre nos apoiam e que rezam por nós.

Obrigado a minha orientadora por me acompanhar e orientar até o final e os demais professores que me acompanhou nessa jornada acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho teve como tema a relação entre avaliação da aprendizagem e avaliação em larga escala, enfocando a Prova Brasil e suas implicações no cotidiano da sala de aula do Ensino Fundamental, em uma escola pública da cidade de Diamante/PB. O objetivo geral constituiu-se da análise das influências da Prova Brasil no cotidiano da sala de aula na ótica de dois professores e da gestora. A partir deste, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) compreender na ótica de professores e gestora, a influência da Prova Brasil no processo de ensino e aprendizagem do ensino fundamental; b) reconhecer as possíveis consequências da Prova Brasil para a escola, como um todo; c) Identificar concepções de professores e gestora sobre a avaliação em larga escala e sobre a Prova Brasil. Este estudo baseou-se em autores, tais como Hoffmann (2009, 1996), Luckesi (2002, 2005, 2011), Libaneo (2009), Peroni (2003), Silva (2002), dentre outros. A pesquisa pautou-se na abordagem qualitativa, caracterizando como uma pesquisa de campo e foi desenvolvida junto a uma diretora, um professor e uma professora do ensino fundamental de uma escola pública da cidade de Diamante/PB. A partir das análises dos dados, percebemos que a sua diagnóstica das avaliações externas ainda não são bem compreendidas, por parte dos sujeitos integrantes da escola; a Prova Brasil traz algumas implicações para o cotidiano da sala de aula, principalmente no tocante aos conteúdos ensinados e às avaliações, as quais assumem a função de verificação e medida. Isso não tem resultado em melhorias do ensino e aprendizagem na escola investigada, segundo dados do próprio IDEB.

Palavras-chave: Avaliação de Aprendizagem. Prova Brasil. Sala de aula.

ABSTRACT

The present work had as its theme the relationship between assessment of learning and assessment on a large scale, involving the "Prova Brasil" and its implications in the classroom of elementary school, in a public school in the city of Diamante / PB. The general objective constituted by the analysis of the influences of Prova Brasil in the daily life of the classroom from the perspective of two teachers and managers. From this, the following objectives were defined: a) to understand the perspective of teachers and managers, the influence of "Prova Brasil" in the teaching and learning process of elementary education; b) recognize as possible consequences of Prova Brasil for a school, as a whole; c) Identify teachers 'and managers' conceptions about large-scale assessment and the Prova Brasil. This study was based on authors, such as Hoffmann (2009, 1996), Luckesi (2002, 2005, 2011), Libaneo (2009), Peroni (2003), Silva (2002), among others. A research carried out on a qualitative approach, characterized as a field research and was carried out with a principal, a teacher and an elementary school teacher in a public school in the city of Diamante / PB. From the analysis of perceived data that their diagnosis of external reviews is still not well understood, by the subjects who are part of the school; the "Prova Brasil" has some implications for the daily life of the classroom, especially with regard to the contents taught and the requirements, such as which assume a function of verification and measurement. This is not the result of improvements in teaching and learning in the investigated school, according to data from IDEB itself.

Keywords: Learning Assessment. Prova Brasil. Classroom.

LISTA DE SIGLAS

ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização ANEB –
Avaliação Nacional da Educação Básica ANRESC –
Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
CONAE – Comissão Nacional de Avaliação da Educação
Superior ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa MEC
– Ministério da Educação
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: CONCEITO E FUNÇÕES	13
2.1 A AVALIAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO APRENDIZAGEM...	13
2.2 CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	16
2.3 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL.....	21
2.3.1 PROVA BRASIL	23
3 A PROVA BRASIL E O TRABALHO PEDAGÓGICO DESENVOLVIDO NO ENSINO FUNDAMENTAL: ALGUMAS IMPLICAÇÕES	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar as possíveis influências da Prova Brasil no ensino e aprendizagem de salas de aula do Ensino Fundamental de uma escola pública da cidade de Diamante/PB. O interesse pelo tema e a aproximação a esta realidade que envolve a temática se deu, inicialmente, no decorrer dos Estágios Supervisionados, no Curso de Pedagogia. O interesse foi ampliado, a partir de leituras e estudos realizados na disciplina Avaliação da Aprendizagem. Nesta disciplina surgiu o desejo de realizar essa pesquisa. Na época surgiu o seguinte questionamento: porque tantas reprovações, se professores podem fazer a diferença positiva na sala de aula, quanto as avaliações, podendo estas acontecerem de forma satisfatória para professores e alunos?

A partir daí, lembrei o tempo em que eu estudei no Ensino Fundamental e o porquê do meu medo das provas. Nesta trajetória, instrumentos eram semestrais, os professores passavam conteúdos, faziam revisões antes da prova, para lembrar os assuntos ministrados anteriormente, pressupondo que todos tinham aprendido o conteúdo, esquecendo-se das particularidades de cada um. Nesse período, vivia amedrontada, pois os professores eram muito rígidos.

Seguindo mais a diante, ainda no Ensino Fundamental, as notas eram atribuídas a partir de participações nas aulas, às atividades e às provas. Foi um período de repressão e cobranças. Parecia que o professor, em momento algum, lembrava de colocar-se no lugar dos alunos, para perceber suas dificuldades e anseios. Na verdade, a educação vivida naquele momento era bastante tradicional, o professor era o centro e nós alunos não tínhamos voz ativa, não podíamos cobrar ou reivindicar nada.

No Ensino Médio tínhamos instrumentos avaliativos nem um pouco voltados à aprendizagem do aluno. As provas escritas e orais faziam com que o aluno decorasse o conteúdo e as demais atividades, como gincanas e trabalhos em grupo, serviam para “recuperar as notas perdidas”.

No entanto, os estudos sobre o tema atestam que o processo avaliativo deve ser entendido como um mecanismo utilizado pelo professor para diagnosticar a aprendizagem do aluno no seu percurso escolar. Infelizmente, de forma recorrente, avaliar, para grande parte das práticas educacionais, significa atribuir notas aos testes realizados pelos alunos. Porém, a avaliação escolar precisa ser entendida como aquela realizada de modo a acompanhar

o processo de aprendizagem dos alunos, assim como também a atuação do professor diante da sua prática docente.

Todas estas práticas tradicionais em avaliação tiveram e tem implicações sérias sobre o êxito ou fracasso dos alunos. No entanto, durante muitos anos o fracasso escolar foi atribuído unicamente aos estudantes. Somente nos anos 1970 e 1980 do século XX alguns estudos começaram a problematizar essa realidade, afirmando que são diversos os elementos que influenciam na aquisição do conhecimento (LUCKESI, 2011).

Assim surgiram as avaliações em larga escala com objetivos de diagnosticar e verificar a qualidade do ensino oferecido em cada instituição do Brasil. As avaliações externas ou nacionais devem servir, portanto, como instrumento de elaboração de políticas públicas com direcionamento de metas das instituições escolares.

Estas, no entanto, são alvos de muitas críticas. Alguns autores defendem um melhor aproveitamento pelas escolas, dos dados produzidos pelas avaliações nacionais, objetivando refletir sobre seu desempenho e traçar estratégias de melhorias do seu trabalho. Outros afirmam que tais provas não refletem a aprendizagem dos estudantes. Para Fernandes (2015, p.5), elas são vistas como “qualificação do aprendiz”, ou seja, essas avaliações adquirem o poder definir o que o aluno aprendeu em seu ano escolar, quando na verdade, elas constituem apenas um instrumento de diagnóstico da aprendizagem dos alunos.

Nestes mecanismos de avaliação externa inscreve-se a Prova Brasil, uma avaliação em larga escala que é criticada por muitos estudiosos pelo fato de não refletir a aprendizagem real dos alunos. Além disso, todo o processo que envolve a Prova Brasil, “preparação” dos estudantes, aplicação da prova e o que é feito com os resultados, reproduz muitas práticas de avaliação da aprendizagem numa perspectiva classificatória, em detrimento de uma abordagem mais diagnóstica, que esteja a serviço do desenvolvimento do estudante.

Observei, durante a realização de um Estágio Supervisionado nos anos Iniciais do Ensino Fundamental, que a Prova Brasil exerce influências nas práticas da escola, uma vez que a instituição passa a se preocupar com os resultados do Índice de Desenvolvimento da Escola Básica (IDEB), o que impacta em prêmios que a instituição pode receber, ou não. Portanto, o foco deixa de ser a aprendizagem, passando ser o alcance de índices e de notas. Assim, este estudo teve objetivo geral: Analisar as influências da Prova Brasil no processo de ensino e aprendizagem de salas de aula do Ensino Fundamental, a partir dos seguintes objetivos específicos: a) compreender na ótica de professores e gestora, a influência da Prova Brasil no trabalho pedagógico do ensino fundamental; b) reconhecer as possíveis consequências dos

resultados da Prova Brasil para a escola, como um todo; c) Identificar concepções de professores e gestora sobre a avaliação de larga escala e sobre a Prova Brasil.

Quanto aos aspectos metodológicos, com base nos objetivos propostos, utilizei a abordagem qualitativa, que proporciona uma relação mais próxima entre pesquisador e sujeito da pesquisa, pois todos os envolvidos participam, de alguma forma, do que se está se investigando. Segundo Richardson (1999, p. 79), “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

Este estudo foi realizado numa escola pública da cidade de Diamante/PB, a qual oferece as seguintes etapas de ensino: Ensino Fundamental nos Anos Iniciais e Finais, os alunos têm acesso a cursos de informática, pois a escola disponibiliza computadores e internet banda larga para os estudos, sua estrutura física é composta por 9 salas de aula, são 17 funcionários, 179 alunos e 10 salas de aula.

O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada, realizada na própria escola, com tempo de duração de aproximadamente 20 minutos, cada. Os sujeitos entrevistados foram a gestora da escola, um professor e uma professora, os quais lecionam nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. A gestora tem formação em pedagogia e especialização em gestão escolar, os 02 professores, atuam em turmas do 5º ano do Ensino Fundamental e têm formação em nível superior e pós-graduação. Os participantes têm, respectivamente, formações em português/pedagogia, matemática /pedagogia e pedagogia.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: uma introdução na qual apresento o tema, o problema e os objetivos da pesquisa e a metodologia. A segunda parte constitui-se do referencial teórico, no qual discuto de forma breve os seguintes conceitos: avaliação educacional, concepções de avaliação da aprendizagem e sua relação com o ensino. A terceira parte traz as análises dos dados e, finalmente, nas considerações finais aponto uma síntese dos achados da pesquisa, algumas possibilidades e críticas à realidade pesquisada.

2. AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: CONCEITOS E FUNÇÕES.

Avaliar é uma ação inerente à atividade humana e tem por objetivo identificar, aferir, investigar e analisar um determinado fato, situação ou processo. Realizamos essa ação constantemente e sempre refletimos quando a mesma ocorre. Partindo dessa ideia, no contexto escolar, também tomamos decisões avaliativas para eficácia do trabalho docente. Por isso, esse ato é tão relevante para a aprendizagem dos alunos.

Existem dois tipos de avaliação, se relacionam entre si para auxiliar o trabalho do professor e de todos os que fazem parte da escola. Há a avaliação de aprendizagem, que é aquela realizada pelo professor dentro do contexto escolar. Essa é responsável pela observância constante do desempenho dos alunos. Já a avaliação educacional trata de um diagnóstico externo de desempenho realizado por profissionais do Sistema Educacional de Ensino. Ambas avaliações devem auxiliar no fazer pedagógico da escola como um todo.

Comecemos, então a tratar sobre a avaliação de aprendizagem realizada pelo professor e sua relação com o desempenho dos alunos.

2.1 – A AVALIAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO APRENDIZAGEM

O ensino aprendizagem não pode ser compreendido de forma simplista. Trata-se de um ato que envolve processos complexos na sua realização. Estar no papel de mediador de conhecimento acarreta uma grande responsabilidade, uma vez que, nessa interação, ocorre não apenas troca de informações, mas, acima de tudo, compartilhamento de experiências. É através dessa noção de aprendizagem que concebemos imprescindível a relevância do ato de avaliar, elemento fundamental em qualquer ação de aprendizagem.

Ao concebermos, neste trabalho, a avaliação como um processo abrangente, supõe-se que o mesmo requer uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de compreender seus avanços, suas resistências e dificuldades a fim de possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os entraves que impedem a aprendizagem dos alunos. Assim, segundo Luckesi (2002), há uma diferença entre verificação e avaliação, sendo que esta última envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer com ele. Já a “verificação é uma ação que “congela” o objeto; a avaliação por sua vez direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação”.

O autor supracitado chama atenção para a relevância dessa distinção, porque, apesar de grandes avanços na área educacional, ainda persistem práticas tradicionalistas nas escolas; tais práticas refletem-se principalmente no ato de avaliar, pois essa ação é apresentada, na maioria

das vezes, como algo punitivo, que apenas mede o conhecimento do aluno em um momento específico, através de testes. O aluno, nessa perspectiva, não é diagnosticado globalmente, levando em consideração suas dificuldades de aprendizagem, assim como suas possibilidades para a aquisição do conhecimento. Ao contrário, tem-se um ensino limitador no que se refere à avaliação utilizada.

Infelizmente, a avaliação da aprendizagem é objeto de intensas preocupações e conflitos que provocam tantos questionamentos e ainda nos tempos atuais, é um instrumento de controle e regulação. Luckesi (2005) nos diz que “a avaliação da aprendizagem é toda prática que propunha diagnosticar o andamento da aprendizagem dos educandos na vida escolar”, portanto não se pode limitar essa ação a apenas formas de controle dos educandos.

É relevante mencionar que a noção de avaliação ganha um conceito amplo, pois se observa com mais veemência sua interligação com a aprendizagem. Por isso, ainda segundo Luckesi (2005), avaliar é, na verdade, diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno diante das várias situações em que o mesmo está envolvido. Isso implica analisar o sujeito não somente através de testes de verificação, tal qual preconiza o modelo tradicional de ensino; avaliar perpassa pela noção de valorização de competências que o aluno passa a desenvolver em seu percurso de aprendizagem.

O autor acrescenta ainda que a avaliação é um processo e, por isso, deve ser dinâmico e inclusivo, na medida em que o professor possa observar o aluno de forma global, completa e não fragmentada. Nesse sentido, para melhoria da qualidade do desempenho, os profissionais diretamente ligados à educação devem conceber o ato avaliativo como um meio e não um fim em si mesmo. Avaliar pressupõe, antes de tudo, planejamento de ações para uma determinada finalidade, ou seja, para melhoria da aprendizagem.

Apesar dos diversos estudos envolvendo a prática de ensino-aprendizagem voltada para uma concepção não-tradicional, ainda persistem as práticas que não levam em consideração uma avaliação que considere o aluno como um todo. O que se verifica nos meios escolares é uma didática pautada em ações tradicionalistas. Infelizmente, percebemos que “o nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino-aprendizagem. (LUCKESI, 2003, p. 18). Dessa forma, nota-se que há uma grande lacuna entre as diversas teorias desenvolvidas no campo da aprendizagem e a prática efetivada no âmbito escolar.

Hoffmann (1994) explica que há nas escolas uma grande contradição entre o discurso e a prática de alguns educadores e sua ação classificatória e autoritária. Muitos professores

reproduzem em sua prática pedagógica em sala de aula, influências de sua formação desenvolvida numa visão tradicional e classificatória da avaliação.

Como evidenciado acima, a avaliação configura-se importantíssima na conjuntura de uma educação escolar competente, portanto, esse ato deve constituir-se uma tomada de decisão para melhoria da qualidade de desempenho do aluno. Assim, ainda Lukessi (2005), a avaliação deve ser antes de tudo democrática, uma vez que, se considera os aspectos da inclusão nesse processo. Para avaliar, professor inclui os alunos como integrantes dessa conjuntura, que é política e social.

Além de Lukessi (2005, 2002), outros teóricos como Libaneo (1994), também analisam a questão do ensino escolar e concebem a avaliação relevante para o processo educativo.

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias (LIBANEO, 1994, p.195).

Como se observa, a avaliação deve sempre ser planejada, jamais aleatória, pois as ações devem estar pautadas no melhoramento da aprendizagem do aluno. Assim, todo o trabalho educativo deve estar voltado para o acompanhamento da aquisição do conhecimento. É importante destacar que nessa relação de aprendizagem não está em jogo apenas transmitir informações, a aprendizagem implica, sobretudo, a constituição dos sujeitos sociais. De outra maneira, nessa relação entre professor e aluno, ambos são construídos nesse processo contínuo do saber.

A função da avaliação é diagnosticar a aprendizagem, assim como buscar soluções para suprir as deficiências dos alunos no ambiente escolar. Em relação ao ensino e aprendizagem, esse é o pressuposto maior, ao se remeter à avaliação.

Vale destacar que o diagnóstico educacional não pode ser encarado sem planejamento. Para avaliar, o professor precisara ter um olhar cuidadoso e atento a cada um dos estudantes. Entretanto, a grande preocupação por partes de alguns educadores quando a questão é avaliação escolar, na sua maioria, é a ênfase na prática do exame, com destaque para a nota, ao invés do conhecimento adquirido pelo aluno. Estão esquecendo de avaliar se os educandos estão realmente aprendendo.

Importa considerar que, para cada aluno, não se pode oferecer os mesmos desafios, em tempos programados ou do mesmo jeito. É aí que entra o professor avaliador, observando cada

um, investigando e refletindo sobre o jeito de aprender, dialogando, convivendo, organizando o cenário da interação, fazendo perguntas que possam desafiá-los a querer aprender mais.

Para Hoffman (1994, p.187), avaliar não é somente atribuir notas às atitudes dos alunos, mas é perceber pistas de conhecimento de forma contínua, é compreender que mesmo de forma aparentemente não tão significativo, o aluno aprende no cotidiano da sala de aula. Segundo a autora, as experiências que os futuros professores têm no seu processo de formação ditam suas posturas, posteriormente, na prática de sala de aula. Como relata a autora: “ensinou-se muito mais sobre como fazer provas e como atribuir médias, do que se trabalhou com o significado dessa prática em benefício ao educando e ao nosso próprio trabalho”.

Avaliação da aprendizagem é essencial na transformação de um ser, para que esses alunos possam buscar sua autonomia mediante a leitura e a escrita, precisarão da mediação do professor constantemente; precisa haver cumplicidade, diálogo e comprometimento de ambas as partes. E a escola faz parte desse processo. A escola, como um todo, precisa buscar respostas com relação à aprendizagem. O porquê que os alunos não estão aprendendo? Quais são suas dificuldades? Isto, para que se possa encontrar meios pedagógicos que subsidiem no seu processo de aprender, até porque se não estão aprendendo tem um problema e ele precisa ser resolvido.

2.2 – CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A atuação dos docentes em sala de aulas são permeada por ações carregadas de intencionalidades, suas ações revelam suas concepções, mesmo sem consciência desse fato. Portanto, o trabalho do professor está sempre atrelado a um pressuposto teórico de aprendizagem. Na avaliação da aprendizagem, isto não se difere, pois cada professor tem o seu modo de agir em face de uma concepção de educação e de homem.

Luckesi (2002. p.34) ressalta que:

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento de valor, que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado.

Luckesi (2002) deixa claro que a avaliação classificatória, na verdade, está relacionada com a perspectiva do currículo tradicional de ensino, no qual o aluno é apenas um sujeito

passivo, que só recebe a informação de forma passiva. No currículo tradicional de ensino, a avaliação se estabelece através de testes de memorização. As atividades são apenas somatórias, portanto, a avaliação tem o objetivo de verificar a capacidade de reprodução de determinado conteúdo repassado pelo professor. Nessa perspectiva, o diagnóstico é realizado no final do processo de aprendizagem, com a finalidade de medir seu produto final, atuando como instrumento de coleta de “nota” (LUCKESI, 2000). Dessa forma, a avaliação tem caráter classificatório.

Pode se dizer que, para alguns professores, existe uma má compreensão com relação aos instrumentos de avaliação e a utilização de provas e exames. Os instrumentos sendo provas, exames, seminários, dentre outros, irá auxiliar no processo de ensino/aprendizagem, sozinho cada um desses pode se transformar em exames classificatórios que rotulam os alunos.

Sua função constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento. [...] O educando como sujeito humano e histórico; contudo, julgado e classificado, ficará para o resto da vida, do ponto de vista do modelo escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações e registros permanecerão, em definitivo, nos arquivos e nos históricos escolares, que se transformam em documentos legalmente definidos (LUCKESI, 2000, p.35).

O autor chama atenção para as implicações que a postura tradicionalista de ensino causa na dinâmica de sala de aula e isso reflete na forma de avaliação. O que se pretende com essa postura classificatória é apenas estagnar o sujeito, estigmatizando-o diante de ações que só o limita. E mais, essas ações são corriqueiras na nossa atual conjuntura. A avaliação tradicionalista foi superada teoricamente, mas na prática, infelizmente, continua a se desenvolver nos meios educacionais. Um exemplo disso são as diferenciações estabelecidas em algumas escolas; é comum encontrar-se alunos sendo separados, existindo dois tipos de sala, uma para os ditos “inteligentes” e outra para aqueles que o grau de aprendizagem é mínimo e considerados “díficeis”, “preguiçosos”, “incapazes”. Esse tipo de postura só reforçam com os pressupostos da avaliação tradicional, que só dificultam a aprendizagem e a criatividade dos alunos.

Além da avaliação classificatória, que atende aos pressupostos de um ensino tradicional, como explicitado acima, temos outros tipos avaliativos que estão interligados com a perspectiva de ensino.

Luckesi (2002, p.35) conceitua, em contraposição à avaliação classificatória, a avaliação diagnóstica, que segundo ele, como diagnóstica, ela será um momento dialético de “senso” do estágio em que se está e de sua distância em relação à perceptiva que está colocada como ponto

a ser atingido à frente. De outra maneira, na diagnóstica, como a própria palavra incide é o momento em que o professor vai analisar, identificar as dificuldades e também as aptidões os alunos.

Segundo Penna Firme (1994), o principal objetivo da avaliação diagnóstica é identificar as fraquezas e as potencialidades dos alunos, para reformulação de estratégias de aprendizado. Isso implica dizer que, para o professor, a atenção ao desempenho do estudante é elemento primordial à prática pedagógica; ou seja, cabe ao educador desenvolver estratégias que lhe permitam conhecer os erros e acertos do aluno a fim de promover o seu objetivo cognitivo.

Diferentemente, da avaliação classificatória, na avaliação diagnóstica encontra-se possibilidades para trabalhar com a superação das dificuldades dos alunos, pois esse tipo de avaliação pressupõe o início da ação desempenhada pelo docente em relação ao trabalho com seus alunos. Nesse sentido, o diagnóstico pressupõe uma tomada de decisão para o avanço e para o crescimento, não uma “estagnação disciplinadora” (LUCKESI, 2000, p. 32), como ocorre na abordagem classificatória, a qual não corre a superação diante do conhecimento (ato de reconstrução de saberes).

É relevante mencionar que dadas os tipos de avaliações e suas características, o que efetivamente irá fazer a diferença no ensino aprendizagem, é a forma como o professor irá conceber sua prática, se através de uma postura pautada em avaliações rígidas, obedecendo ao tradicional ou mediante comportamentos que levem reflexão e saber para os alunos, a partir das reais dificuldades de cada um. Dessa forma, somente através de uma avaliação voltada para o olhar sobre o indivíduo, em seus aspectos cognitivos, sociais, subjetivos, é que se há a possibilidade de trabalhar com êxito. Com a função classificatória, a avaliação não auxilia em nada o avanço e o crescimento. Somente com a função diagnóstica ela pode servir para essa finalidade. (LUCKESI, 2000).

Para Oliveira (2001), a avaliação diagnóstica é um constante olhar crítico sobre o que se está fazendo.

O trabalho docente voltado para uma avaliação formativa, deve estar centrado em estratégias para superar as dificuldades dos alunos, propiciando feedback para que possam ter clareza de seus ganhos, quanto à construção de sua aprendizagem e de seus impasses, que com a cooperação do professor, poderão ser superados. O feedback é uma “estratégia facilitadora para o aluno ser levado a tomar consciência dos seus erros, e de os autocorrigir” (SANTOS, 2013, p. 14), ou seja, é o retorno que o professor faz ao aluno para que este último perceba o erro como algo positivo no processo educativo. Portanto, o professor deve tomar atitudes que auxiliem o aluno antes de que este seja reprovado, explicitando a sua situação perante à

aprendizagem, os motivos que o levaram a estar de tal modo e o que poderá ser realizado para que a situação se modifique, caso seja necessário, (MÉNDEZ, 2002).

Luckesi (2002) ressalta a necessidade de atribuição de indicador diagnóstico, para refletir sobre como produzir um direcionamento distinto do anterior, para que o processo de aquisição de conhecimento se efetive. Portanto, se faz necessária uma mudança de concepção acerca do erro, pois “a ideia de erro só emerge no contexto da existência de um padrão considerado correto” (LUCKESI, 2002, p.54). O erro deve fazer parte do processo de aprendizagem, mas não como algo punitivo e sim como parte constitutiva da avaliação.

Os erros, nesse contexto, devem ser vistos como uma forma de aprender, quando a correção informa, significativamente, sobre as suas causas, transformada, ela mesma, em texto de aprendizagem (MÉNDEZ, 2002, p. 114). Por isso, é relevante, na avaliação, o retorno do que se está analisando. Esse retorno deve ser estabelecido pelo professor para que o aluno possa tomar consciência de suas dificuldades.

Assim, a avaliação formativa pressupõe um exercício de transparência entre alunos e professores, sendo que estes devem ter claros os critérios e os objetivos, visto que a função da avaliação é auxiliar o aluno a progredir. A avaliação ainda, deve ser contínua, esta é uma característica imprescindível para a caracterizar como formativa, pois como afirma Méndez (2002), quando se avalia somente no final de um processo a aprendizagem já não pode mais ser garantida, realizando apenas a classificação, a seleção e a exclusão dos educandos.

Portanto, acreditamos que uma avaliação não pode restringir seus objetivos a apenas classificar o aluno, apesar de que parece o caminho mais fácil para o professor. A avaliação formativa, por sua vez, segundo Hoffmann (2005), exige do professor maior tempo de permanência em sala de aula e atendimento individualizado ao aluno para acompanhar o processo de construção do conhecimento. Não deixa de ser algo desafiador, mas é preciso que os docentes tenham consciência que ensinar significa ir além de uma mera transmissão de conteúdo; esse processo, por ser complexo, exige empenho, dedicação e muito trabalho. E somente através de postura formativa de avaliação que poderíamos diminuir as distorções vistas em sala de aula.

Hoffman (2009) propõe, como oposição à avaliação tradicional, classificatória, reduzida à verificação, que o ensino deve estar pautado através de um pressuposto mediador, o qual preconiza o processo de aprendizagem como uma ação interativa entre professor e aluno. Nesse contexto, a construção do conhecimento se dá na inter-relação entre os sujeitos de forma mútua, portanto, não há um detentor de saber, mas o professor é visto como mediador nesse processo.

Por isso, a autora apresenta três momentos para a avaliação, entendida como acompanhamento aos alunos:

“1. Tempo de admiração dos alunos; 2. tempo de reflexão sobre suas tarefas e manifestações de aprendizagem; e 3. Tempo de reconstrução das práticas avaliativas e/ou de invenção de estratégias pedagógicas para promover melhores oportunidades de aprendizagem” (p. 18-19).

Ainda segundo a autora supracitada, esses três momentos são decisivos para um diagnóstico que promova a superação das dificuldades dos alunos, pois somente com uma prática voltada para ênfase nas vivências e historicidades de cada sujeito, compreendido como um ser único e, por isso, avaliado subjetivamente, podemos fazer a diferença e conseguir êxito no trabalho educacional.

Em relação aos momentos pela autora elencados, percebemos que a avaliação medidora está pautada em uma prática humana e social. É, por excelência, uma ação educativa de inserção do sujeito, e não de exclusão, como ocorre em diversos ambientes escolares, por ainda está enraizada a aprendizagem tradicionalista, com seus métodos limitadores e excludentes. Hoffman (2009), ao analisar a avaliação sob uma ótica inclusiva, humana, faz suscitar uma necessária reflexão sobre o ato de educar, entendido muitas vezes de forma limitador, pois ainda persistem ações que apenas compreender a aprendizagem como um simples repasse de informações. E entendendo o processo dessa forma simplista, alguns profissionais comentem o erro de configurar a avaliação como um momento punitivo, que amedronta o aluno e o faz não realizar atividades criativas, porque a única função desse tipo de avaliação é mensurar se o repasse conteudista foi eficaz.

Dessa forma, acreditamos que uma avaliação que se pretende mediadora deve prezar por uma aprendizagem significativa, na qual os indivíduos possam se reconhecer como sujeitos sociais, como seus direitos e deveres respeitados. Somente através de um ensino voltado para uma perspectiva humana pode superar os entraves existentes na nossa educação atual.

Além da avaliação de aprendizagem, há outro tipo de avaliação que é realizada pelos Sistemas de Ensino e que devem estar a serviço do trabalho escolar, como um todo e do processo avaliativo em particular, são denominadas avaliações externas, avaliações em larga escala ou avaliação educacional. No tópico, a seguir, a discutir um pouco sobre esse tipo de avaliação.

2.3 – AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

A avaliação educacional inclui os termos avaliação em larga escala, ou avaliação externa de desempenho, ou avaliação institucional e constitui-se de um diagnóstico realizado por uma equipe externa à escola, aplicada em larga escala. Configura-se como uma ferramenta que fornece elementos para a formulação e o monitoramento de políticas públicas, bem como o redirecionamento de práticas pedagógicas.

Vale ressaltar que a avaliação educacional, junto à avaliação de aprendizagem ajuda na tomada de decisão, não somente do professor, mas de todo o coletivo da escola. Essas avaliações externas permitem certo monitoramento do sistema educacional, assim como podem auxiliar o trabalho da escola na melhoria do processo ensino-aprendizagem, uma vez que, em suas intenções, são aplicadas de modo a diagnosticar o conhecimento dos alunos.

Diversos estudos têm se debruçado na análise de avaliações de larga escala e sua relação com a avaliação de aprendizagem. Ambas devem estar relacionadas para se ter um diagnóstico dos alunos e, a partir daí, elaborar estratégias para melhoria da aprendizagem.

A avaliação educacional traz consigo uma série de procedimentos e ações que irão servir de subsídio para a prática do educador, para que com isso ele venha melhorar o ensino. Ela é um instrumento dialético e diagnóstico que vem acompanhado pelos órgãos do sistema educacional que são eles, o Ministério e Secretarias de educação, que tem o objetivo de verificar a qualidade social e pedagógica das instituições de ensino (BRASIL 2019).

Segundo o portal do (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), INEP (2019) a “avaliação institucional” é um dos componentes do sistema nacional de avaliação superior e também da educação básica, que tem o objetivo de melhorar a qualidade da educação, com a expansão de sua oferta, com o aumento permanente da sua eficácia institucional efetividade acadêmica e social dentre outras. Essa avaliação é dividida em duas modalidades que são: A auto avaliação, que seria coordenada pela comissão de avaliação de cada instituição, sendo orientada pelas diretrizes nacionais e por um roteiro da auto - avaliação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Básica (CONAES).

Esta avaliação não se resume ao processo de ensino e aprendizagem que ocorre uma sala de aula, mas sim toda uma rede educacional. De outra forma, a avaliação, por ser de grande escala, acaba tornando-se padronizada por atender a uma grande demanda. Esse fato traz consequências que não condizem com a real natureza da avaliação, entendida como uma forma de atribuir juízo de valor as ações dos sujeitos, respeitando sua subjetividade, individualidade. Essa forma de mensurar a aprendizagem pressupõe uma avaliação que não leva em

consideração critérios importantes para atribuição de valor a um aluno, tais como: realidade social, aptidões, gostos, dificuldades de aprendizagem, enfim, detalhes importantes para um melhor diagnóstico.

[...]as avaliações externas realizadas, a partir de testes padronizados, têm como objetivo principal o monitoramento da educação e, implicam na centralização da União no que diz respeito ao controle dos resultados, tal formato articula-se à tão propagada lógica de descentralização. (SANTOS, GIMENES, MARIANO 2013, p.44)

Essas avaliações são apresentadas em forma de exames que servirão para verificar o rendimento escolar, por exemplo temos: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) o exame nacional do ensino médio (ENEM), sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES). Eles irão produzir indicadores educacionais que devem mostrar a qualidade da educação ofertada e seus conteúdos que indicara o que foi aprendido em sala de aula. Esse resultado pode ser utilizado como instrumento para promoção de políticas de melhoria da educação.

No entanto, estas avaliações são tema de inúmeras críticas, sendo que uma delas pautam-se no argumento de que a partir do resultado de uma avaliação não basta sua divulgação, é preciso, que sejam traçadas estratégias para superar as dificuldades na aprendizagem.

Além disso, de acordo com Peroni, (2008) o Estado na atualidade, cumpre papel de avaliador e não sendo um executor das avaliações, mas apenas utiliza o resultados destas avaliação para punir e classificar escolas, professores e estudantes.

Quanto à avaliação como indutora da qualidade, é uma total inversão ao objetivo proclamado das avaliações institucionais, que deveriam ser diagnósticas, dando elementos para a elaboração de políticas e, ao contrário, acaba por ser meritocracia, culpabilizando as escolas e mais especificamente os professores pelo sucesso ou fracasso escolar, como se o sistema público não fosse responsável pela rede de escolas e sua qualidade. Quanto ao que vai ser avaliado, também tem uma relação direta com as redefinições do papel do Estado, já que está intimamente vinculado à reestruturação produtiva, na discussão sobre os standards ou o conteúdo da avaliação (PERONI, 2008).

2.3.1 – A PROVA BRASIL

A Prova Brasil é uma avaliação externa realizada para “mensurar” a qualidade do ensino no país. Com a extensão da avaliação nacional da alfabetização (ANA), foi incluído o 3 ano,

além do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental. São testes de português e matemática que focam em leitura e resolução de problemas.

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos, (BRASIL, 2019).

Como se percebe a Prova Brasil, junto com SAEB, avalia os estudantes de todo país e possibilitam fornecer informações sobre a qualidade da educação brasileira, seja na esfera municipal ou estadual. O objetivo proclamado desses processos avaliativos é decidir sobre as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento educacional do país.

A prova Brasil compõe a avaliação de sistemas, a qual foi implantada pelo Ministério da educação, com finalidade de saber a qualidade da eficiência do sistema nacional de ensino, em seus diversos níveis de atuação. Esse conhecimento acerca da realidade da educação brasileira, poderá subsidiar decisões e favorecer uma educação de qualidade, (BRASIL, 2019).

É interessante mencionar que as avaliações externas, como a Prova Brasil, surgem com a intenção de ajudar na ampliação do acesso e permanência dos alunos nas escolas, e, consequentemente, na qualidade do ensino brasileiro. Portanto, pode tornar-se uma maneira para melhoramento da escola pública, pois através desses dados pode-se desenvolver ações que influenciarão diretamente na prática de sala de aula.

Os anos 90 do século passado foram marcados pela materialização de inúmeros processos avaliativos dos sistemas escolares e, esses têm cada vez mais sido incorporados aos processos educativos. Em nosso país o Ministério da Educação - MEC, em articulação com as Secretarias Estaduais de Educação, implantou o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. (SANTOS, GIMENES, MARIANO, 2013, p.41).

A Prova Brasil surgiu através do Sistema de Avaliação da Educação Básica, que foi implantado desde 1990. Nesse período surgiram várias mudanças, reestruturações de na área educacional, consequentemente, a forma de conceber a avaliação também obteve outro olhar. Segundo Alavarse (2013), o SAEB, que já existia desde 1990, em 2005 deu origem a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), denominada Prova Brasil, e na Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb). Tais avaliações se articularam, em 2007, com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Dessa forma, a Prova Brasil, criada com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas de rede pública. Através dessas avaliações o Inep pode fazer um diagnóstico da educação básica brasileira, como também intervir no desempenho do estudante. Isso acontece por meio de provas e questionários aplicado periodicamente nas escolas vinculadas a Secretarias Municipais e Estaduais, sendo nas escolas públicas da educação básica do 4º ao 9º ano, já as privadas são facultativas.

As escolas recebem o material contendo caderno matriz de referências, temas, tópicos e descritores. Esses materiais trazem informações acerca de teóricos que embasam a avaliação e questões sobre Língua Portuguesa e Matemática. Mas a alfabetização, a partir de 2013 foi incorporada ao Saeb, para melhorar os níveis de alfabetização.

Segundo o INEP, em 2019 todas essas avaliações mudaram sua nomenclatura e passaram a ser identificadas pelo nome Saeb, sendo assim todas as siglas como (Ana) Avaliação Nacional da Alfabetização, que trata-se de é uma avaliação que objetiva aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas; Prova Brasil, dentre outras, passarão por tal modificação, (BRASIL, 2019).

Como pudemos observar através da criação dessas avaliações, aconteceram muitas mudanças no decorrer dos anos, mas pouco tem-se visto quando a questão é a qualidade da educação e a aprendizagem dos educandos, pois as avaliações deveriam ter o objetivo de diagnosticar, mas o que encontramos são exames classificatórios centrado na nota, esquecendo do seu maior objetivo. Assim estas avaliações, na prática, acabam tornando-se classificatórias, uma vez que estigmatizam escolas, professores e aluno através de índices. O que deveria ser uma ação construtiva da melhoria do ensino e aprendizagem, que evidenciasse o educando como sujeito humano e histórico, a avaliação torna-se um ato opressor e excludente e não inclusivo.

Diante o exposto, podemos dizer que a partir da Prova Brasil, a população pode conhecer um pouco da realidade das escolas brasileiras, mas será que essa realidade que é mostrada por algumas escolas com relação à aprendizagem, evidencia que os estudantes estão aprendendo mesmo? Para muitos estudiosos da educação uma única prova não está dando conta de todo um processo de aprendizagem.

O profissional da educação também faz parte do sistema escolar e, muitas vezes, ao mesmo é atribuído para o fracasso escolar. Por isso, os docentes precisam estar atualizados e realizar sempre uma reflexão de sua prática. Mediante as informações e os resultados obtidos, a partir dos exames nacionais, são gerados dados acerca da eficácia das escolas. Esses resultados

estão ligados ao desempenho dos alunos, desempenho esse que analisados de modo classificatório, escolhendo-se as melhores notas. Isto resultará em que a escola aumente sua nota no rank das melhores, com relação ao ensino/aprendizagem, e conseqüentemente poderá receber benefícios de políticas públicas.

Ainda em relação às conseqüências das avaliações externas para o ensino aprendizagem, percebemos que as mesmas trazem consigo diversas implicações, principalmente para os professores, que são diretamente responsáveis pelo sucesso ou fracasso dos alunos. Outra questão a ser observada é que os resultados obtidos por essas avaliações, muitas vezes, não condizem com a realidade de cada estabelecimento educacional, ou ainda, de cada aluno, pois como já mencionado, avaliar supera a atribuição de notas. Portanto, avaliações, como Prova Brasil, Saeb precisam ser repensadas, quanto a sua forma de avaliar, para não classificar ao invés de atribuir juízo de valor com critérios justos e que levem à melhoria do trabalho da escola.

Nessa perspectiva, Sord, Luckesi (2009, p.320) acrescenta:

Observamos que os resultados de avaliação externa têm inspirado políticas públicas e definido prioridades no processo de alocação de verbas, via ranqueamento das escolas, professores, alunos, de forma descontextualizada. Tendem a ser reforçadores da cultura da "avaliação-medida", produto-centrada e sujeita a recompensas e punições. Isso reforça a postura defensiva frente à avaliação, pois os professores ressentem-se dos resultados que, direta ou indiretamente, apontam-nos como responsáveis pelo fraco desempenho dos alunos nos exames de proficiência.

A partir do exposto, entre o que é proclamado pelas políticas de avaliação e algumas críticas feitas por alguns estudiosos do tema, torna-se pertinente investigar acerca de como a Prova Brasil é vista pelos professores e gestora da escola, bem como identificar quais são as possíveis influências deste instrumento de avaliação, no cotidiano do trabalho pedagógico desenvolvido na escola pública.

3 – A PROVA BRASIL E O TRABALHO PEDAGÓGICO DESENVOLVIDO NO ENSINO FUNDAMENTAL: ALGUMAS IMPLICAÇÕES

Os dados coletados da pesquisa foram construídos a partir de uma entrevista, realizada com um gestor e dois professores que atuam em uma escola pública da cidade de Diamante-PB. A pesquisa com esses sujeitos proporcionou o entendimento sobre algumas das suas concepções e práticas com relação às avaliações em larga escala, tendo como referência a Prova Brasil e suas influências no cotidiano da sala de aula. Os entrevistados foram identificados com códigos E1, E2 e E3, sendo apresentados os resultados das análises das respostas dos sujeitos, através de uma tabela.

A primeira pergunta foi feita sobre a avaliação em larga escala, conforme o quadro a seguir:

Tabela 1 - O que é avaliação em larga escala?

Educador1 ^a Eu acho muito importante, porque os alunos precisam realmente saber como eles estão em seus níveis de aprendizagem.
Educador 2.A avaliação em larga escala é uma avaliação que serve para medir o nível de conhecimento dos alunos, com relação à aprendizagem dos conteúdos de português e matemática em sala de aula de todas as escolas da rede pública do país.
Educador3 Bom, pelo menos aqui na escola, o que nós trabalhamos em avaliação em larga escala são as provas que são enviadas para nós pelo governo federal que são elas: Prova Brasil, as Olimpíadas de Matemática e Português.

Fonte: Própria do autor, 2020.

Em duas das respostas, revela desconhecimento sobre o que venha a ser a avaliação em larga escala. Duas das respostas não foram articuladas corretamente. As respostas da professora e da gestora se referem à importância dessa avaliação na aprendizagem dos alunos, mas o que vem a ser o seu conceito, não ficou claro.

Já o Educador2, em sua resposta, demonstrou, que em seu entendimento, a avaliação de larga escala serve para “medir” o nível de aprendizagem dos educandos. Ele foi o único que respondeu de forma aproximada ao que pedia a indagação, embora seu conceito distancie-se do que é proclamado pelas políticas, mas se aproxime do que se tornou na prática, todo o processo que envolve a Prova Brasil: instrumento de verificação e classificação de escolas, alunos e professores. Vale destacar que seu conceito reforça a ideia, bastante equivocada, de que um instrumento pode mensurar o conhecimento de alguém.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação PDE/SAEB 2009, pode se dizer essa avaliação tem o seguinte objetivo:

Em relação à avaliação da educação básica brasileira, evidenciou-se a necessidade de se aprender a analisar todas as diversidades e especificidades das escolas brasileiras, em razão disso foi criado a avaliação denominada Prova Brasil que possibilita retratar a realidade de cada escola, em cada município. Tal como acontece com os testes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica(Saeb). Os da Prova Brasil avaliam competências construídas e habilidades desenvolvidas e detectam dificuldades de aprendizagem. No caso da Prova Brasil, o resultado, quase censitário, amplia a gama de informação que subsidiarão a adoção de medidas que superem as dificuldades detectadas em cada escola avaliada (BRASIL, 2009, p.4).

Pode se dizer que nas últimas décadas, paralela as avaliações tradicionais, outros procedimentos de avaliação educacional vêm ganhando espaço: são as avaliações externa, geralmente em larga escala, que têm objetivos e procedimentos diferenciados das avaliações realizadas pelos professores nas salas de aula. Entre esses objetivos, podemos destacar a certificação, o crescimento, o diagnóstico e a redenção de contas. Essas são em geral, organizada a partir de um sistema de avaliação cognitiva dos alunos e são aplicadas de forma padronizada para um grande número de pessoas, entre os quais estão alunos, professores, diretores e coordenadores (BRASIL,2019, p.2).

A segunda pergunta procurou saber dos entrevistados se a Prova Brasil interfere no dia a dia de sala de aula.

Tabela 2 - A Prova Brasil interfere no seu dia a dia de sala de aula, no seu trabalho? Como?

Educador.1ª Interfere não, pelo contrário ajuda.
Educador2 Sim, com certeza, porque a gente tem que tá sempre atento aos descritores, para trabalhar os conteúdos de modo que os alunos tenham um bom entendimento dos conteúdos para sair bem nas provas , até porque essa prova mede, verifica o nível de aprendizagem de cada escola.
Educador3- Tem as interferências, que a gente faz sem prejudicar, porque com aplicação da prova todos anos... em sua primeira aplicação percebemos que quando a prova chegava o seu nível era bem mais elevado do que a preparação da escola. Então o que a escola fez? sempre ficamos com uma prova para que os professores fiquem trabalhando os conteúdos [das provas] anteriores.

Fonte: Própria do autor, 2020.

Na resposta do Educador1, temos a Prova Brasil não interfere e ainda ajuda. O professor avalia que os efeitos da Prova Brasil são positivos.

Já a Educador2 confirma que há sim uma interferência, até por que eles precisam estar atentos aos descritores, para que aja uma adequação dos conteúdos ministrados, aos conteúdos cobrados na Prova, tendo em vista que os alunos da escola alcancem bons resultados. Ainda o

que se percebe é que a nota na concepção dele servirá para medir o conhecimento dos seus alunos. Na concepção do professor, a Prova “mede”, verifica a aprendizagem do aluno. Para ele, isso parece não ser um problema.

Educadora 3, por sua vez, concorda que há interferência sim, mas que não prejudica os alunos, até porque para ela mediante a referência nas provas aplicadas nos anos anteriores é possível ensinar aos alunos de acordo com tais conteúdo. A mesma constata que os conteúdos estabelecidos pelo MEC não são compatíveis com o nível de aprendizagem dos seus alunos. No entanto, percebe-se que a saída encontrada, não é questionar o instrumento avaliativo, ou melhorar o ensino, mas “treinar” os alunos para a realização da Prova.

Importa ressaltar que, não se deve fazer da prova (qual quer que seja ela) um mecanismo que tenha a função de classificar, medir conhecimento. O importante é que ela venha a contribuir para aprendizagem. Nesse contexto Pedro Demo a firma que:

Avaliação deve sempre ser associada a aprendizagem. Ela deve contribuir para que o professor e aluno tenham um diagnóstico de como encontra-se o processo de aprendizagem, se é necessário retroceder, ou se possível avançar, se não acontecer assim, torna-se um trabalho perdido, (DEMO, 2010, p.4).

**Tabela 3 - Você considera que a Prova Brasil contribui para aprendizagem dos alunos?
Por quê?**

Educador1 ^a Contribui, porque os alunos ficam atento[sic], eles falam, professora aquela questão que você nos ensinou caiu na prova ’’.
Educador.2 Sim, contribui desde que seja trabalhado os descritores nas aulas de matemática e português, porque na verdade o objetivo dela é verificar o processo do ensino aprendizagem nas escolas.
Educador3- Muito, porque mede o conhecimento dos alunos, muitos deles já se preocupam em melhorar nas próximas avaliações.

Fonte: Própria do autor, 2020.

Todas as perguntas são respondidas que sim, a Prova Brasil contribui para aprendizagem dos educandos, mas suas respostas estão entrelaçadas a uma pedagogia de exames, enfatizando a medição de conhecimento e verificação por meio de prova. Além disso, a melhoria da aprendizagem dos alunos está vinculada ao fato de que os alunos passam a valorizar mais os conteúdos e ficam mais atentos porque irão ser cobrados na prova. A prova assume a maior importância, não os conteúdos, os conhecimentos. Há, nessa ótica, uma inversão do objetivo da escola, pois a centralidade passa a ser a prova, não a aprendizagem.

Estes dados demonstram que esta realidade contraria, inclusive os objetivos proclamados pelo Ministério da Educação (MEC), pois o objetivo da Prova Brasil, como mencionado anteriormente, é avaliar a qualidade do ensino, oferecida pelo sistema educacional brasileiro, a partir de textos padronizados e questionário socioeconômico (BRASIL, 2019).

Para Luckesi ao referir-se à avaliação institucional, ou seja, àquela que avalia a instituição, nos seus vários aspectos, “[...] a aprendizagem da avaliação institucional inclui o saber posicionar-se diante dos dados oferecidos pela avaliação externa, usando-os para esclarecer a realidade escolar, quer pela aceitação das evidências ou pela refutação das mesmas (2009, p.327)

Essa avaliação realmente faz diferença, quando o ensino e aprendizagem estão na mesma sintonia, ou seja, quando o professor ensina e o aluno aprende. A partir daí, será possível que a escola utilize esse resultado, que é obtido por esse exame, e faça dele um mecanismo transformador, fazendo com que os professores trabalhem em cima das dificuldades dos sujeitos envolvidos a esse processo de aprendizagem.

Agora, segue a quarta pergunta, que indagou se o resultado da avaliação tem alguma consequência para escola.

Tabela 4 - Os resultados da Prova Brasil têm consequências para a escola?
Quais?

Educador1 ^a Sim, tem consequência, porque a gente vai se adequando aquele tipo de prova e nível.
Educador2 Sim, porque se o resultado for abaixo da média que é estabelecida pelo IDEB , consequentemente a escola vai estar lá em baixo , interfere sim.
Educador3- Sim, quando os alunos tiram notas boas os professores de língua portuguesa e matemática é atribuída uma pontuação pelo bom desempenho, porque tiraram uma boa nota, bom aluno , vai ser avaliado lá, mas na escola nos também atribuímos, a partir de bons resultados, a gente atribui uma pontuação para eles nas disciplinas, porque eles foram bom no que fez[sic].

Fonte: Própria do autor, 2020.

Na escola analisada se percebe a dificuldades dos professores de visualizar a matriz referencial que os orienta com relação à Prova Brasil. As discussões entre eles se resumem a resultados, ranking e provas que se transformam em nota e pontuação que, na visão dos entrevistados, afere verdade, sobre ao processo de ensino e aprendizagem. A partir desta realidade que, não é restrita a escola pesquisada, Sord e Luckesi (2009) afirmam que os professores, e a escola como um todo, precisam compreender que avaliar é fazer um levantamento de onde se está e onde se precisa chegar, para então tomar decisões sobre quais mudanças precisam ser feitas na escola, na prática docente para se melhorar a aquisição de conhecimento e desenvolvimento de competências e habilidades, junto aos alunos. Segundo as autoras (2009, p.327), “avaliação institucional significa assumir o monitoramento ativo do cotidiano escolar, sem que desvale para o controle, assegurado pela excessiva produção de regras sobre a realidade e a comunidade”.

Os depoimentos acima trazem com clareza que há consequências para a escola, que será a partir do bom desempenho da mesma, com relação aos índices sobre o ensino/aprendizagem da instituição, a qual obterá no IDEB uma nota que sequenciará em bônus para a escola e/ou professores, mediante o bom resultado. Essa lógica de premiação não é justa, pois reforça a meritocracia e retira a política educacional de avaliação do foco, e ignora-se as desigualdades de partida entre as escolas e entre os estudantes (FREITAS, 2015).

É importante destacar que, apesar de a gestora ter observado que a prova incentiva a forma de trabalhar dos professores, com os conteúdos, a escola não obteve um bom resultado no IDEB, nos últimos anos. Ela nem sabia das notas dos anos anteriores, mas afirmou que atingiram os índices do ano passado. Ainda comenta que utilizaram as boas notas da avaliação externa nas disciplinas de português e matemática para pontuar e premiar os alunos que obtiveram êxito. O que traduz uma prática marcada pela associação entre prova/premiação/punição.

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente e deve acompanhar todos os passos do ensino e aprendizagem e poderá ajudar aos professores a constatar as falhas no seu trabalho e ainda decidir a melhor maneira de avaliar seus alunos. No entanto, mesmo que se questionem as políticas de avaliação e as práticas resultantes dela, com relação aos índices do

IDEB, no portal do MEC identifica que essa escola nunca alcançou a média estabelecida pelo sistema. Mesmo que se reconheça um discurso incorporado de que tem que preparar os alunos para a Prova, para a obtenção de bons resultados, este mesmo discurso parece não ter repercussão na prática.

As influências da avaliação em larga escala sobre o trabalho da escola se resumem à subordinação de suas ações à “preparação” dos estudantes para a prova Brasil, não tendo sido mencionado se a instituição faz algum trabalho de reflexão e discussão acerca de o porquê não atingir bons índices em tais avaliações.

É importante ressaltar que as avaliações institucionais em larga escala se tornam importante por que:

[...] abrange a análise da escola como um todo, nas dimensões políticas, pedagógica e administrativa tem como marco o projeto pedagógico que visa subsidiar seu contínuo aprimorando, por meio do julgamento das decisões tomadas pelo coletivo da escola, das propostas delineadas e das ações que foram conduzidas, suas condições de realização e dos resultados que vêm sendo obtido. (BRASIL, 2010, p. 20 e 21).

A próxima pergunta abordou a opinião deles sobre a Prova Brasil.

Tabela 5 - O que você acha da Prova Brasil?

Educador1ª- Eu acho que ela é importante nas escolas.
Educador2- A prova Brasil é bem elaborada, o que acontece é que muitos dos professores desviam do foco dos descritores que ela manda a gente trabalharem, mas ela é muito boa até porque como já falei o seu objetivo e verificar como é que anda o processo de ensino/aprendizagem das escolas.
Educador3- Em termo de melhorias, acho que para ter um maior rendimento na Prova Brasil, acho que a gente deveria receber nas escolas um cronograma, uma seleção de conteúdos que veria nessa prova.

Fonte: Própria do autor, 2020.

Segundo as respostas acima todos acreditam que é importante, sendo “bem elaborada” ou que pode proporcionar “maior rendimento” para escola. Na opinião da gestora para que a prova possa melhorar seu alcance, precisa que haja uma ciência acerca do calendário de realização. Ou seja, possibilitar melhores condições de “preparação” dos alunos para responder ao instrumento. No entanto, dessa forma, o aluno não aprende, será “treinado” para responder questões.

Em uma fala da gestora, a qual foi mencionada anteriormente, ela expõe que o MEC não disponibiliza com antecedência os conteúdos a serem estudados e prejudica seus estudantes, mas segundo o portal, todas as escolas recebem o material contendo caderno matriz de referências, temas e tópicos de descritores.

A escola e seu corpo docente precisam mudar esse cenário, começando por entender o processo da avaliação em larga escala e em seguida refletir sobre os resultados da mesma e até que ponto eles expressam a realidade da escola. Mediante tais estudos e reflexões poderão tomar decisões para a melhoria do ensino e aprendizagem na escola. A avaliação serve, não só para apontar os erros, mas também o que a escola e os estudantes são capazes de fazer.

É possível se trabalharmos em sala de aula, orientando os alunos quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades, para que possam alcançar seus objetivos. A preparação para a Prova Brasil é apenas uma das ações da escola, a qual deve ter como foco central a preparação para a vida e não exclusivamente o treino para fazer provas.

Para a conclusão da entrevista segue com um questionamento: Essa avaliação deveria existir?

Tabela 6 - Você acha que ela deveria existir? Educador1 -Sim,

deveria existir, porque ela irá medir a aprendizagem dos alunos.
Educador2- Sim, com certeza, porque aí todas as escolas ficariam amparadas de saber como está o processo de ensino e aprendizagem . Como é que uma escola vai saber como estar indo mal se não tem uma avaliação.
Educador 3- Acho que deveria, porque assim é um incentivo, tudo que vier e seja benéfico para os alunos é bem-vindo.

Fonte: Própria do autor, 2020.

Realmente, as avaliações institucionais, externas e/ou em larga escala, o seu objetivo é plausível quanto a sua elaboração, mas o que é feito depois do resultado é lamentável, não há

um *feedback*, tudo se resume a nota, aos índices, aos ranks. É preciso ter em mente que a escola e seu corpo docente podem trabalhar tendo como referência os descritores em todas as disciplinas, mas não esquecendo que o foco é aprendizagem de conteúdos importantes, não somente para obtenção de notas, mas aprender sobre a vida.

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente e deve acompanhar todos os passos do ensino e poderá ajudar aos professores a constatar as falhas no seu trabalho e ainda decidir a melhor maneira de ensinar e avaliar seus alunos. A partir das avaliações externas e internas, e seu resultado, é possível à escola transformar tais resultados, seja positivo ou negativo, em expectativa de melhorar e buscar meios para revertê-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar as influências da Prova Brasil no cotidiano da sala de aula do ensino fundamental, a qual cheguei a seguinte resultado, com relação à influência dessa avaliação, as respostas indicam que há alteração do trabalho pedagógico na sala de aula, uma vez que os professores devem organizar os conteúdos a serem ensinados, de acordo com os descritores que norteiam a Prova Brasil. No entanto, ao analisar o desempenho dos alunos nas notas que a escola recebeu do IDEB, se percebe que a instituição não está atingido as notas exigidas pelo sistema.

Infelizmente, as avaliações em larga escala, tem um objetivo proclamado de diagnostico, mas na prática não é isso que está acontecendo. Elas estão se transformando no objetivo central da escola: preparar os alunos e realizar a prova, sem que os seus resultados sejam discutidos e resultem em mudanças nas práticas.

A prova em larga escala tem uma importante limitação, pelo fato de serem padronizadas. No entanto, como nós, seres humanos, não somos iguais, então como podemos desejar que os estudantes de todos os Estados Brasileiros, o sejam em nível de aprendizagem, em classe social, em valores, em expectativas em relação à escola, etc.? Como comparar um aluno de uma periferia, de um contexto totalmente diferenciado dos jovens de escolas de elite com diversas oportunidades? Isso é uma desigualdade social que afeta com certeza o desempenho do aluno na aprendizagem.

Além disso, um dos objetivos específicos foi compreender, na ótica da gestora e de dois professores da escola pesquisada, suas concepções acerca da avaliação em larga escala e sobre a Prova Brasil. Os sujeitos entendem a Prova Brasil como instrumento de verificação e medição do conhecimento dos alunos. Compreendem que a avaliação, neste moldes, é importante, pois “estimulam” os estudantes à dedicação aos estudos e a prestarem atenção nas aulas, uma vez que serão cobrados na prova. Outro entendimento é que os alunos precisam ser premiados, via recompensa, porque tiraram uma nota alta nas provas, mediante uma pontuação extra nas atividades. Neste contexto, a prova adquire uma supervalorização, em detrimento da valoração da aprendizagem, da descoberta. Portanto, o objetivo principal da escola passa a ser a preparação/treinamento dos estudantes para realização de provas.

Após a conclusão provisória deste estudo posso afirmar que aprendi que há muito a ser feito fazer pela educação do nosso país, pelo fato de que todas as avaliações precisam ser, de fato, diagnósticas e que seus resultados sejam objeto de reflexão para que tenham consequências na aprendizagem dos estudantes. Vale destacar a necessidade de que os professores compreendam melhor a função da avaliação e sua relação com a aprendizagem. Para tanto, a própria política educacional precisa ser revista de modo a prever tempo para a formação continuada de sujeitos escolares, no tocante à temática, a partir da realidade da escola.

Viajar no universo das avaliações me fez perceber a tamanha responsabilidade que nós

professores e instituições devemos ter em avaliar nossos estudantes e na preparação para um futuro melhor. Para que isso aconteça é preciso compromisso e dedicação, acompanhados de muito estudo e reflexão por parte de todos: gestores da política educacional, gestores da escola, professores, comunidade, pais, estudantes. Faz-se necessário, portanto, que a escola seja protagonista deste chamamento para que todos participem do processo avaliativo.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Avaliações externas e seus efeitos: ensino e aprendizagem como objetos de avaliação para a igualdade de resultados. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 135- 153, jun. 2013.

BRASIL, 2019. MEC. **Prova Brasil, apresentação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>. Acesso em 21 de setembro de 2019.

DEMO, Pedro. **Mitologias da Avaliação: de como ignorar, em vez de enfrentar os problemas**. 3. ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2010.

BRASIL 2009 – Exame Nacional do Ensino Médio. **INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acessado em setembro de 2019.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.

_____. **O jogo do contrário em avaliação**. 5 ed. Porto Alegre: Mediação,

2009. LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. 2ª Edição

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

_____. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL.MEC – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf. Acesso em setembro.

MÉNDEZ, Juan Manuel Álvarez. A estrutura da avaliação. In: _____. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre: Aritmed Editora, 2002.

BRASIL, **Parâmetros curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PENNA FIRME, Thereza. **Avaliação na Educação**. Marcos Muniz Melo (Organizador). 2007.

RABELO, E. H. **Avaliação: novos tempos e novas práticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SANTOS, A. O; Mendes GIMENES, O. M; MARIANO, S. F. **Avaliações externas e seus impactos nas práticas pedagógicas: percepções e visões preliminares**. VII encontro de pesquisa em educação. Universidade de Uberaba Campus Aeroporto, 21 a 25 de outubro de 2013.

SORDI, M.; LUDKE, M. **Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias**. *Avaliação (Campinas)* [online]. 2009, vol.14, n.2, pp.313-336. ISSN 1414-4077. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-4077200900020000>.

SOUZA, Nádya Aparecida et al. **O erro e a avaliação da aprendizagem**: as concepções de professores e alunos. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba, 2011.

FERNANDES, C. O. Avaliação: um diálogo com professores. In: SILVA, J., Hoffman, J. e ESTEBAN, M. T. **Práticas Avaliativas em todas as áreas: rumo às aprendizagens significativas**. Porto Alegre, Ed. Mediação, 2008, 6ª edição.

SILVA, M. A. da. Política Educacional do Banco Mundial entre 1970 e 1996. In: _____. Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial. 1 ed. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002, p. 49 – 113

PERONI, V. M. V. Avaliação institucional: **controle da produtividade e controle ideológico**? Revista Brasileira de Administração da Educação, v. 17, n. 2, p. 233-244, 2001.